



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

EDITAL DE PREGÃO (ELETRONICO) n°042/2020

PROCESSO n°.855/2020

Entidade Promotora: CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO
JOÃO DA BOA VISTA – CONDERG -Divinolândia

DATA DA REALIZAÇÃO: 24/11/2020

Horário: 08:00 horas (Horário de Brasília)

LOCAL: <http://www.comprasnet.gov.br>

O CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – CONDERG, inscrito no CNPJ sob o nº 52.356.268/0002-45, torna público que se acha aberta nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para fins de REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO objetivando aquisição futura e não obrigatória de GENEROS ALIMENTICIOS para o Conderg Hospital Regional e Samu Regional, que será regido pelas Leis Federais n.º 10.520/2002 e 8.666/93.

A quantidade indicada no Anexo I representa estimativa de consumo por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período a critério da administração, sem que, contudo, haja obrigação de aquisição total. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

A existência de preços registrados não obriga o Conderg e o Samu a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Quaisquer dúvidas durante a realização da sessão pública poderão ser dirimidas pelo telefone (19) 3663-8000 Ramal 8019 ou 8070.

I - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de **GENEROS ALIMENTICIOS para o Conderg Hospital Regional e Samu Regional**, com entregas parceladas pelo



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

período de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período a critério da Administração., conforme especificações constantes do folheto descritivo, que integra este Edital como anexo I.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, o licitante deverá obedecer a esse último.

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO UNITARIO, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

II - DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Após a homologação da presente licitação, será assinada uma ATA DE REGISTRO DE PREÇOS entre as partes, conforme Anexo III, com prazo de validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período a critério da Administração.

2.2. O CONDERG Hospital Regional e o Samu Regional poderão se entender necessário, convocar as empresas registradas para assinatura de contrato, conforme modelo contido no Anexo IV, após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

III - DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preço decorrentes desta licitação.

IV - DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste pregão empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, autorizadas na forma da lei, que atendam às exigências de habilitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF do Governo Federal.

5.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.3. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, não será permitida a participação:

5.3.1. De interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

5.3.2. De interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;

5.3.3. De sociedades empresárias consorciadas.

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Artigos 42 a 49;

5.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

- 5.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 5.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

VI - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado (em consonância com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital) e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.9. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances.

6.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

VII - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário em real;

b) A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

b.1) Não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

c) Marca;

d) Fabricante;

e) Descrição detalhada do objeto: indicando, composição, prazo de validade (que deverá ser de no mínimo 12 meses) e número do registro na ANVISA;

f) Declaração de que todos os medicamentos orçados em sua proposta, atendem totalmente a Norma da Anvisa, desta forma, todos possuem o Registro na Anvisa.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

VIII – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que, de alguma forma, identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

8.5.2. Os lances deverão ser realizados em Real (R\$).

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.13. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao responsável pelo Setor de Licitações;

8.13.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

8.18. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, conforme definido neste Edital e seus anexos.



8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.20. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto 8.538, de 06 de outubro de 2015.

8.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- a). No país;
- b) Por empresas brasileiras;
- c) Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 01 (uma) hora, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, formulada antes de findo o prazo.

9.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.11. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro da Administração para orientar sua decisão. Caso a Administração não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitir parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.

9.12. Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim prosseguindo até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

9.13. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

9.13.1. Apresentação de novas propostas nesta fase do certame não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.14. A Proposta de Preços do(s) licitante(s) classificados provisoriamente, atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados e contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada ELETRONICAMENTE, no prazo de 01 (uma) hora, a partir da solicitação do pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Sistema COMPRASNET.

9.15. Os documentos remetidos por meio eletrônico da opção “ENVIAR ANEXO” do Sistema COMPRASNET poderão ser solicitados pelo Pregoeiro em original, cópia autenticada ou publicação em Diário Oficial para envio VIA POSTAL ou entregue diretamente no Departamento de Licitações do CONDERG, a qualquer momento, em prazo e forma a serem estabelecidos pelo Pregoeiro.

9.15.1. Uma vez solicitados pelo Pregoeiro, os documentos deverão ser encaminhados para o Departamento de Licitações e Contratos, que fica na Avenida Leonor Mendes de Barros, 626 centros – Divinolândia – SP, CEP 13.780-000, Fone: (19) 3663-8000. Ramal 8019.

9.15.2. A proposta a ser encaminhada VIA POSTAL ou a ser entregue diretamente ao Setor de Licitações e Contratos deverá constar em uma via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricadas as demais pelo



representante legal do licitante proponente, nos moldes do Formulário Padrão de Propostas de Preços previsto no ANEXO II.

9.16. O Pregoeiro divulgará o resultado motivado do julgamento das Propostas de Preços, conforme os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

9.17. A proposta de preços deverá conter:

- a) Número do Pregão, data e horário de abertura, razão social, CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do fax e e-mail;
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- c) O preço unitário e total em reais de cada item, de acordo com o (s) preço (s) praticado (s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 04 (quatro) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- d) Indicação que tem ciência do estimativo de aquisições e do prazo de entrega dos produtos conforme o Termo de Referência e seus anexos;

9.17. Não será permitida cotação parcial de cada item.

9.18. Sob pena de desclassificação ou inabilitação, os documentos referentes à habilitação parcial do SICAF deverão se referir ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços e nos documentos exigidos neste Edital.

9.19. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

X – DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Cadastro de Fornecedores do CONDERG;

10.1.3. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União
(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.4. Pesquisa na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
(<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>)



10.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

a) As empresas estrangeiras participando através de seu representante legal deverão apresentar documento de nomeação dos mesmos, com poderes para representá-las, responder pelas mesmas e receber notificações relativas a este procedimento licitatório.

b) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

c) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

d) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.2.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 01 (uma) hora, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 (atualizada pela LC nº 147/2014).

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (uma) hora, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de HABILITAÇÃO:

10.7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante uma sucursal, filial ou agência;

d) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT), emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- g) Caso o licitante, detentor do menor preço, seja microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- a) Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, deverão apresentar a seguinte documentação:
 - a.1) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



a.2) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

a.2.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

10.4. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.5.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.7. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.09 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.10. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10-11 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.11-1 – O LICITANTE deverá apresentar declaração de disponibilidade ou de que reúne condições de apresentar em até 05 (cinco) dias úteis, contados da homologação do resultado do certame, os seguintes documentos:



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

- a) Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa participante da licitação;
- b) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal em vigor, com inscrição da empresa no Conselho Regional de Farmácia e indicação do Responsável Técnico.
- c) Certificado de Registro de Produtos emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária, ou cópia da publicação no D.O.U. para os quais apresentou a melhor oferta.
- d) Certificado de boas práticas de Fabricação e Controle, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;
- e) No caso de produto importado é também necessária a apresentação do certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, bem como laudo de análise do(s) lote(s) a ser(em) fornecido(s), emitido(s) no Brasil;
- f) No caso de produtos importados, que dependam de alta tecnologia e que porventura não exista tecnologia nacional para os testes de controle de qualidade necessários, poderão ser aceitos laudos analíticos do fabricante, desde que comprovada a certificação de origem dos produtos, certificação de Boas Práticas de Fabricação bem como as Boas Práticas de Laboratório, todos traduzidos para o idioma Português.

XI - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 01 (uma) hora, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- c) Conter o nome completo e o número de CPF do responsável pela assinatura da Ata de Registro.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XII - DO RECURSO

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos deste procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações e Contratos, que fica na Avenida Leonor Mendes de Barros, 626 – Centro, Divinolândia/SP, CEP 13780-000, Fone: (19) 3663-8000, e-mail licitacaoconderg@gmail.com, nos dias úteis, no horário de 7h às 12h e de 13h às 16h.



12.5. Caso os autos do processo não estejam disponíveis para vista dos licitantes interessados, o prazo para recurso será suspenso.

12.6. Manifestado o interesse de recorrer, o pregoeiro poderá:

- a) Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- b) Motivadamente, reconsiderar a decisão; e
- c) Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade julgadora.
- d) O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

XIV – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES

14.1. A Ata de Registro de Preços será formalizada, com observância das disposições da Leis Federais n.º 10.520/2002 e 8.666/93, no que couber e será subscrita pela Superintendente do CONDERG.

14.2. A Ata de Registro de Preços deverá registrar o(s) preço(s) e o(s) fornecedor(es) do(s) produto(s), com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações;

14.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da convocação. A proponente que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será excluída;

14.3.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.3.2. Na assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços.

14.4. Colhidas as assinaturas, o Conderg providenciará a imediata publicação da Ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata a parte final do item 14.3;



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

14.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14.6. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12(doze) meses e prorrogado pelo mesmo período, a critério da administração, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.

14.7. A existência de preços registrados não obriga o Conderg a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

14.8. Assegurados o contraditório e a ampla defesa, o fornecedor do bem terá seu Registro de Preços cancelado quando:

14.8.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.8.2. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Conderg, sem justificativa aceitável;

14.8.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticados no mercado;

14.8.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

14.9. Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

14.10. Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata.

14.11. Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades do Conderg Hospital Regional por meio da emissão de Autorização de Fornecimento e a respectiva Nota de Empenho, as notas fiscais decorrentes desse pedido devem ser emitidas no CNPJ de acordo com a autorização de fornecimento, sendo no HOSPITAL REGIONAL

14.11.1. As Autorizações de Fornecimento expedidas pelo Conderg serão enviadas ao fornecedor por e-mail. Sendo assim, a empresa Contratada se obriga a manter endereço eletrônico ativo, com monitoramento diário, para recebimento das Autorizações de Fornecimento das aquisições emitidas.



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

Todos os e-mails contendo as ordens de compra recebidas deverão ser confirmados mediante recibo ao remetente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.11.2. O fornecedor deverá, a cada pedido de compra, atualizar sua regularidade fiscal e trabalhista nos termos do item 10.7.2 do edital.

14.11.3. Se as certidões apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro ainda estiverem válidas o fornecedor estará dispensado de atualizá-las.

14.12. O fornecedor que, recusar-se injustificadamente em receber o instrumento de compra conforme item 14.11.1 deste capítulo, terá seu Registro de Preços cancelado, sendo-lhe aplicável a multa pela inexecução total do ajuste.

XV - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

15.1. O fornecimento será efetuado conforme a necessidade de consumo do Conderg. Os pedidos serão formulados pelo Departamento de Licitações e Compras, e as entregas deverão ocorrer no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena da incidência das penalidades previstas neste Edital por inexecução contratual.

15.2. Os materiais deverão ser entregues e descarregados de segunda a sexta-feira, no Almoxarifado Central do Conderg Hospital Regional sito à Avenida Leonor Mendes de Barros, 626 – Centro, Divinolândia, das 8:00 às 16:00 horas ou no Almoxarifado do Samu sito à Avenida João Osorio, 258, São João da Boa Vista CEP: 13870-251 (conforme autorização de fornecimento), por conta e risco do fornecedor, nas condições ofertadas, obedecendo ao prazo de entrega.

15.3. Os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação do produto. As embalagens deverão conter a data e o número do lote de fabricação, prazo de validade para uso dos mesmos e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

15.4. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

15.5. A empresa Detentora deverá manter endereço eletrônico ativo, com monitoramento diário, para recebimento das Autorizações de Fornecimento das aquisições emitidas pela Contratante. Todos os e-mails contendo as ordens de compra recebidas deverão ser confirmados mediante recibo ao remetente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

XVI - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO



16.1. O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, no local e endereço indicados no subitem 2 do Capítulo XIII anterior, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.

16.2. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

16.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

16.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

XVII - DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado no dia 28 do mês subsequente, contatos a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, que enviará o documento para quitação através divisão de Tesouraria do Departamento de Finanças do Conderg. 17.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;



17.3.2. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;

17.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Departamento de Finanças deverá comunicar ao Gestor responsável pela fiscalização quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

17.3.4. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;

17.3.5. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto aos órgãos competentes; e

17.3.6. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Superintendente do Conderg, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular com o fisco.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.6.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

XVIII - DA FISCALIZAÇÃO

18.1. O Conderg indicará um gestor ou fiscal de contrato ou da ata de registro de preços, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução, conforme artigos. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

18.2. O Fiscal do contrato deverá manter permanente vigilância sobre as obrigações da



CONTRATADA, definidas nos dispositivos contratuais e condições do Termo de Referência e, fundamentalmente, quanto à inarredável observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

XIX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a empresa que:

19.1.1. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

19.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;

19.1.3. Apresentar documentação ou declarar informações falsas;

19.1.4. Não mantiver a proposta;

19.1.5. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da aquisição;

19.1.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.7. Falhar na execução do contrato;

19.1.8. Fraudar a execução do contrato;

19.1.9. Comportar-se de modo inidôneo; e

19.1.10. Cometer fraude fiscal.

19.2. A empresa que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.2.1. Advertência;

19.2.2. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

19.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o Conderg e consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores pelo prazo de até cinco anos;

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

19.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a empresa que:

19.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da aquisição;

19.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



19.4 – A sanção poderá ser aplicada juntamente com as seguintes multas:

- a) Pela recusa em assinar o contrato, inexecução total, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto adjudicado;
- b) Pela inexecução total, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Pela inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parcela não executada pela contratada;
- d) Pelo retardamento na prestação dos serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor dos trabalhos em atraso. A partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, com as consequências daí advindas;
- e) Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato;

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à empresa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

XX - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

20.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

20.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

20.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006 (atualizada pela LC n 147/2014). Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

20.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

20.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

20.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XXI - DA REVISÃO DE PREÇOS

21.1. Tendo em vista que a jurisprudência do TCE/SP condena qualquer prática de reajustes em Ata de Registro de Preço, o licitante deve atentar-se que **não serão permitidos realinhamentos ou revisões de preços durante o prazo de vigência da Ata resultante deste Pregão**, sendo inadmitidos quaisquer pedidos nesse sentido.

XXII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacaoconderg@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de Licitações e Contratos, que fica na Avenida Leonor Mendes de Barros, nº 626, Centro, Divinolândia/SP, CEP 13780-000, Fone: (19) 3663-8000, nos dias úteis, no horário de 8h às 12h e de 13h às 16h.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço licitacaoconderg@gmail.com.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.6.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração .

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



22.8. Pedidos de Esclarecimentos e/ou de Impugnações postados em seu último dia de prazo devem respeitar o horário de funcionamento do Órgão, ou seja, até às 16:00 horas. Pedidos postados depois deste horário (no último dia) não serão considerados.

XXIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

23.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.9. O Conderg poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.10. Os casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.conderg.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Departamento de Licitações do Conderg, que fica na Avenida Leonor Mendes de Barros, n.º 626, no centro da cidade de Divinolândia-SP, CEP 13.780-000, Fone/Fax: (19) 3663-8000, nos dias úteis, no horário das 08 às 16 horas, período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12 O “Aviso de Licitação” será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Jornal de Circulação Local/Regional e na página do Conderg na Internet, sendo as outras informações secundárias relativas ao procedimento publicadas somente no site oficial do Conderg.

23.13. Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Folheto Descritivo;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo IV – Termo de Ciência e Notificação;

Anexo V - Declaração de documentos à disposição do TCE-SP

Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Sebastião da Gramma, Estado de São Paulo.

Divinolândia, 09 de novembro de 2020.

CRISTIANE DE PAIVA TREVISAN
SUPERINTENDENTE DO CONDERG



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

Anexo I – Folheto Descritivo

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) REGISTRO DE PREÇOS n°: 042/2020

PROCESSO n°:855/2020

DATA DA REALIZAÇÃO: 24/11/2020

HORÁRIO: a partir das 08:00 horas

Anexo I – Folheto Descritivo

Item	Descrição	UN	Quantidade
1	AÇAFRÃO Especificação:tempero açafirão (curcuma) pó fino, homogêneo, coloração amarela intensa, embalagem plástica com 50g, com identificação do produto, marca dofabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro noMinistério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PAC	84,0000
2	ACHOCOLATADO PO 400GR Especificação:ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ, com baixo percentual de açúcar, obtido pela mistura de cacau, açúcar, extrato de malte, sal, soro de leite em pó, leite desnatado em pó, enriquecido com 6 vitaminas (C, B3, B2, B6, B1 e D), estabilizante lecitina de soja e aromatizante, não pode ser adicionado de amido e féculas estranhas, isento de sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3% em peso, acondicionado em embalagem de 400 gramas, validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA –82 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Não será aceito achocolatado com excesso de açúcar	PAC	960,0000
3	ACHOCOLATADO PO DIET 210GR Especificação:ALIMENTO ACHOCOLATADO DIET; obtido pela mistura de cacau em pó solúvel, leite em pó e/ou soro, extrato de malte, açúcar e sal; constituído de pó fino e homogêneo; isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos; admitindo teor de umidade máxima de 3% em peso; acondicionado em latas contendo 210 Gr, validade mínima de 11 meses a contar da data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução rdc 273 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações	LAT	144,0000
4	ACUCAR CRISTAL 5KG Especificação:AÇÚCAR, obtido da cana de açúcar, CRISTAL, com aspecto cor, cheiro próprio e sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99,3% p/p, admitindo umidade máxima de 0,3% p/p, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais, acondicionado em plástico atóxico, validade mínima d e 23 meses a contar da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a resolução 271 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega	PAC	2344,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. Embalagem: saco com 05 kg.		
5	ACUCAR REFINADO Especificação: AÇÚCAR REFINADO; obtido da cana de açúcar, refinado; com aspecto cor, cheiro próprios, sabor doce; com teor de sacarose mínimo de 99%p/p e umidade máxima de 0,3%p/p; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em plástico atóxico, contendo 1 kg, validade mínima de 8 meses a contar da data de entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução 271 de 22 de setembro de 2005; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela Anvisa	KIL	60,0000
6	ADOCANTE 200ML Especificação: ADOCANTE DIETETICO; composto de sacarina sódica e ciclamato de sódio; líquido, com validade de 2 anos a contar da data da entrega; acondicionado em frascos de 200ml; e suas condições deverão estar de acordo com resolução RDC 271/05 ANVISA; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA	UNI	96,0000
7	ADOCANTE PO Especificação : ADOÇANTE EM PÓ próprio para forno e fogão. Substituto do açúcar na mesma proporção, podendo ser utilizada por diabéticos, composto por maltodextrina, edulcorantes artificiais: ciclamato de sódio e sacarina sódica, regulador de acidez: citrato de sódio. embalagem: pote com aproximadamente 500g.	KIL	48,0000
8	AMEIXA PRETA SECA S/CAROÇO Especificação: AMEIXA PRETA SECA, SEM CAROÇO, obtida de frutas maduras, inteiras, sãs, limpas e desidratadas, macias, livre de fermentações, manchas ou defeitos, com validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-19 (Decreto 12486 de 20/10/78). (3953-5 – UF 003). Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA	KIL	300,0000
9	AMIDO MILHO 500GR Especificação: AMIDO DE MILHO, produto amiláceo extraído do milho, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, com umidade máxima de 14% por peso, isento de sujidades, parasitas e larvas, validade mínima 10 meses a contar da entrega, acondicionado em saco de papel impermeável, fechado, reembalado em caixa ou saco plástico apropriado para alimentos, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-37 (Decreto 12.486, de 20/10/78). Embalagem: 500g. (3991-8 – UF 413). Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA	PAC	1.300,0000
10	ARROZ TIPO 1(5KG) Especificação: ARROZ, AGULHINHA, TIPO 1, longo e fino, 100% grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, isento de sujidades e materiais estranhos, insetos e larvas, acondicionado em saco plástico, contendo 5 quilos, validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-33 (Decreto 12.486 de 20/10/78). (3989-6 – UF 408). Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA.	PAC	2.520,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

11	ATUM 170GRS Especificação:ATUM Pescado em conserva; preparados com pescado fresco, limpo, desviscerado; apresentação: natural; conservado em água e sal; com aspecto cor cheiro e sabor próprio; isento de ferrugem e danificação nas embalagens sujidades, parasitos e larvas; validade mínima de 24 meses, Fabric. max. 60 dias da lata com 130 gramas; e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-10(decreto 12486,de 20/10/78); port. SDA nº63 de 13/11/2002 e suas post. alterações; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Secretaria da Agricultura.	UNI	120,0000
12	AVEIA FLOCOS 200GR Especificação:AVEIA integral, em flocos finos, isento de sacarose, isenta de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em lata vedada, com validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-33 (Decreto 12486, de 20/10/78). (5002-4 – UF 003) Embalagem com 170grs a 200 grs	UNI	3.800,0000
13	AZEITE 500ML Especificação:OLEO COMESTIVEL AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM Óleo comestível; azeite de oliva; extra virgem; 1% acidez maxima; isento de ranco e substancias estranhas; validade minima 10 meses a contar da entrega, frasco vidro com 500 ml; suas condicoes deverao estar de acordo com a resolucao rdc 270 de 22/09/2005 e suas alteracoes posteriores; produto sujeito a verificacao no ato da entrega aos proced.Administrativos determinados pela anvisa	UNI	12,0000
14	AZEITONA VERDE C/CAROÇO Especificação:AZEITONA VERDE em conserva; inteira c/ caroço; imersa em líquido, tamanho e coloração uniformes; validade mínima 10 meses a contar da data de entrega; em balde plástico, vedado, devendo ser considerado como peso liquido o produto drenado; e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 31 (decreto 12486 de 20/10/78); produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA	KIL	74,0000
15	BATATA PALHA Especificação:BATATA FRITA PROCESSADA; Palha composição básica gordura vegetal; sal refinado; sabor natural; pesando 1 kg; com validade de 6 meses a partir da entrega; acondicionado em embalagem plástica, atóxica, flexível, termosselada, contendo 1 kg; embalado e suas condições deverão estar de acordo com a portaria CVS 06/99 de 10/03/99. Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA.	KIL	12,0000
16	BISCOITO SECO POLVILHO 100GR Especificação:BISCOITO DE POLVILHO tradicional, embalagem contendo no mínimo 100g; Características: salgado, assado e crocante. Composição básica: a base de polvilho, ovo, gordura vegetal, sal refinado, isento de glúten . Produzidos a partir de matéria prima de qualidade; embalagem de material atóxico e rotulagem de acordo com legislação da ANVISA, constando data de fabricação e prazo de validade. No ata da entrega o produto deverá ter validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de fabricação	PAC	60,0000
17	BOLACHA AGUA E SAL SACHE 180X2 CREAM CRACKER Especificação:BISCOITO CREAM CRACKER , composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal e outras substâncias permitidas,	CAI	240,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	validade mínima 6 meses a contar da entrega, em embalagem individual (sache), OS BISCOITOS DEVERÃO ENCONTRAR-SE DENTRO DOS SACHÊS INTEIROS, E NÃO TRITURADOS, caixa com 180 saches, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-48 (Decreto 12486, de 20/10/78). (131463-7 – UF 003)		
18	BOLACHA AGUA SACHE 180X2 Especificação: BISCOITO SEM SAL, TIPO AGUA Biscoito s/sal; água; composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada; água, açúcar, amido e outras substâncias permitidas; validade mínima 6 meses a contar da data entrega, e embalagem individual (sache), OS BISCOITOS DEVERÃO ENCONTRAR-SE DENTRO DOS SACHÊS INTEIROS, E NÃO TRITURADOS, caixa com 180 saches, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-48 (Decreto 12486, de 20/12/78). (131439-4 – UF 003)	CAI	24,0000
19	BOLACHA MAIZENA SACHE 180X2 Especificação: BISCOITO DOCE SEM RECHEIO, TIPO MAIZENA, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal, sal, açúcar e outras substâncias permitidas, validade mínima 6 meses a contar da data entrega, e embalagem individual (sache), OS BISCOITOS DEVERÃO ENCONTRAR-SE DENTRO DOS SACHÊS INTEIROS, E NÃO TRITURADOS, caixa com 180 saches, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-48 (Decreto 12486, de 20/12/78). (131439-4 – UF 003)	CAI	240,0000
20	BOLACHA RECHEADA Especificação: BISCOITO DOCE C/RECHEIO DE CHOCOLATE, Biscoito Doce C/recheio; de Chocolate, farinha de Trigo Enriquecida C/ferro, Acido Fólico, Açúcar, Gordura Vegetal Hidrogenada; Composto de Cacau Em Pó, Açúcar Invertido, amido, sal Corantes, caramelo, Carmim Cochinila, Fermentos Químicos; Bicarbonato de Sódio, Amônio e Pirofosfato de Sódio, Emulsificante, lecitante de Soja e Aromatizante; Embalagem Primária Bopp, Contem Glutem; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Portaria 263 de 22 de Setembro de 2005 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela ANVISA; validade de 6 meses a partir da entrega;	PAC	60,0000
21	BOLACHA WAFER Especificação: BISCOITO DOCE tipo Waffer , Biscoito Doce recheio; tipo waffer , sob a forma de folhas prensadas, superpostas em camadas intercaladas de recheio nos sabores chocolate e morango, produzido a partir de matérias primas de boa qualidade composta por farinha de Trigo, Açúcar, Gordura Vegetal Hidrogenada; emulsificante lecitina de soja, fermento químico bicarbonato de sódio e aromatizante Embalado em pacotes aluminizados com no mínimo 115grs; validade de 6 meses a partir da entrega	PAC	120,0000
22	BOLO PRONTO (BOLINHO) Especificação: BOLO PRONTO INDIVIDUAL 40 GRAMAS; Redondo, sabor baunilha com recheio sabor chocolate aromatizado artificialmente ou sabor chocolate com recheio chocolate aromatizado artificialmente. Produto deve ser produzido a partir de matérias – primas sãs, limpas e isenta de sujidades. A embalagem primária deverá ser saco plástico, fechado mecanicamente. Deverá conter informação nutricional, validade e lote. Validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega	UNI	60,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

23	BOMBOM C/50 UNIDADES Especificação:CHOCOLATE, BOMBOM, composto por Açúcar, gordura vegetal hidrogenada, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amendoim, castanha de caju, leite em pó, cacau, emulsificantes, bicarbonato de sódio e aromatizante. Peso mínimo do bombom 20g. Embalagem pacotes contendo 1kg	PAC	34,0000
24	CAMOMILA 1 Kg Especificação:CHÁ DE CAMOMILA constituído de frutos maduros inteiros; de espécimes vegetais genuínos tostados e partidos; de cor verde cinza pardacenta; com aspecto cor,cheiro e sabor próprios; isento de sujidades,parasitas e larvas; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE mínima de 10 meses a contar da data de entrega e suas condições deverão estar de acordo com a resolução rdc 277 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA, embalagem: 1Kg (decreto 12.486 de 20/10/78). NÃO SERÁ ACEITO EMBALAGEM SEM RÓTULO.	KIL	60,0000
25	CANELA EM PO 47GR Especificação:CANELA; EM PO fina homogênea; obtida da casca de espécimes vegetais genuínos; grãos são e limpos; de coloração pardo amarelada ou marrom claro; com aspecto cheiro aromático e sabor próprios; livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie; acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, contendo 47 gramas; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução rdc 276/05 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. Validade mínima de 5 meses a contar da data de entrega	PAC	24,0000
26	CANJICA Especificação:CANJICA DE MILHO branca, tipo 01,produto proveniente de grãos sadios contendo 80% de grãos inteiros.Embalagem apresentando bom estado de conservação, não danificados por insetos ou fungos.Embalagem: pacote com 500g .validade minima de 06 (seis	KIL	80,0000
27	CANJQUINHA Especificação : canjiquinha de milho tipo quirera com coloração amarela, fina, acondicionado em embalagem atóxica original, livre de umidade e fragmentosestranhos, deverá conter informações do fabricante, data de validade . Embalagem com 500 grs ,validade mínima de 4(quatro) meses a partir da data de entrega.	PAC	60,0000
28	CERVEJA SEM ALCOOL 350ML Especificação:CERVEJA SEM ALCOOL-em lata de 350ml , cerveja 0,00% álcool, composta por agua, malte, cereais não maltados , lúpulo, carboidrato. Cor, sabor e odor característicos, validade mínima de 06 meses a contar a data de entrega	UNI	72,0000
29	CHA ERVA DOCE 500 GRS Especificação:CHÁ, ERVA DOCE, seca-aniz em pó homogêneo, obtida de frutos maduros, moidos, de espécimes vegetais genuínos, são, limpos e dessecados, de coloração verde pardacenta, com aspecto, cor, cheiro aromático e sabor levemente adocicado, isenta de materiais estranhos à sua espécie, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado, COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE	KIL	60,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	mínima de 10 meses a contar da data de entrega, embalado em saco plástico, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-70 (Decreto 12486 de 20/10/78). Embalagem: saco com 1kg. (6445-9– UF 404). NÃO SERÁ ACEITO EMBALAGEM SEM RÓTULO.		
30	CHA SENE Chá sene, constituído de folhas secas, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico transparente COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. Embalagem pacotes de 50grs.	PAC	60,0000
31	CHA TOSTADO Especificação: CHÁ, ERVA MATE QUEIMADO, constituído de folhas novas, de espécimes vegetais genuínos dessecados, tostados e partido, pardacento, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e larvas, validade mínima de 11 meses a contar da entrega, em embalagem a granel, embalado em caixa papel cartão, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-41 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Embalagem: caixa com 250 gramas. (61725-3 – UF 387)	CAI	480,0000
32	CHANTILY Especificação: PREPARADO P/ CREME CHANTILY, Preparado p/creme chantilly; composição básica: água, gordura vegetal hidrogenada; açúcar, sal estabilizantes caseinato de sódio, celulose microcristalina, carboximetilcelulose, lecitina de soja, citrato trissódico, fosfato dissódico, umectante sorbitol; emulsificantes éster de ácido graxo de mono e diglicerídeos, monoglicerídeos, ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido diacetil tartárico, corante natural urucum e cúrcuma e aromatizante; com validade de 6 meses a partir da entrega; acondicionado em caixa cartonada, contendo 200ML. Sabor tradicional ; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 352, de 04 de setembro de 1997 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA	CAI	14,0000
33	CHOCOLATE BARRA 1KG Especificação: CHOCOLATE AO LEITE preparado com Pasta de cacau, manteiga de cacau; açúcar, leite e aromatizante; o produto será embalado em pacotes de 1Kg; validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 40-decreto 12.486 de 20/10/1978	UNI	12,0000
34	CHOCOLATE BARRA 200GRS Especificação: CHOCOLATE AO LEITE preparado com Pasta de cacau, manteiga de cacau; açúcar, leite e aromatizante; o produto deverá ser apresentado em barra com no mínimo 100grs, validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 40-decreto 12.486 de 20/10/1978).	UNI	60,0000
35	CHOCOLATE BRANCO BARRA 1KG Especificação: CHOCOLATE BRANCO, composto por basicamente açúcar, leite em pó integral, manteiga de cacau, gordura vegetal, soro de leite em pó, emulsificantes lecitina de soja e poliricinoleato de poliglicerol e aromatizante. Conter traços de amêndoas, amendoim, avelã, castanha de caju, castanho do Pará e nozes. ; o produto será embalado em pacotes de 1Kg, validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 40-	UNI	6,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	decreto 12.486 de 20/10/1978).		
36	CHOCOLATE C/RECHEIO MORANGO 25GRS Especificação:CHOCOLATE COM RECHEIO DE MORANGO, composto por açúcar, xarope de glucose, gordura vegetal, cacau em pó, flocos de morango desidratado, leite desnatado em pó, albumina, soro de leite em pó, ácido cítrico e ácido ascórbico. Umectante: Sorbitol. Peso da unidade: 25g. Emulsificante INS-322 (lecitina de soja) e INS-476 (polirricinoleato de poliglicerol). Aromatizantes. Corantes. NÃO CONTÉM GLUTEN	UNI	960,0000
37	CHOCOLATE CAIXA Especificação:CHOCOLATE EM PO,SEM ACUCAR,SOLUVEL,CAIXA C/500 GRAMAS Chocolate; em pó; sem açúcar; preparado com cacau em pó; solúvel, parcialmente desengordurado e aromatizante; o produto devera ser embalado caixa contendo 500 gramas, com validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega; e suas condicoes deverao estar de acordo com a nta-40(decreto 12486,de 20/10/78	CAI	12,0000
38	CHOCOLATE GRANULADO Especificação:CHOCOLATE; AO LEITE; GRANULA preparado com cacau em pó, açúcar, amido de milho, adicionado de leite e outras substancias; com validade mínima de 11 meses a contar da data da entrega; o produto será embalado em saco plástico transparente, atóxico, resistente, hermeticamente vedado com informações de fabricante, data de fabricação e validade, pesando 500g; e suas condições deverão estar de acordo com a nta-40(decreto 12.486,de 20/10/78).	KIL	14,0000
39	COBERTURA P/SORVETE 250GRS Especificação:COBERTURA PARA SORVETE; composto por açúcar, aroma artificial, xarope de glucose, conservador sorbato de potássio. Em embalagem plástica com no mínimo 200grs. validade mínima de 06 meses a contar a data de entrega. Nos sabores Morango, Chocolate e Caramelo	UNI	12,0000
40	COCO RALADO Especificação:COCO RALADO, amêndoas de coco puro, parcialmente desidratado, obtido por processo tecnológico adequado, com umidade máxima de 4% p/p e lipídios entre 35% a 60%, isento de impurezas, sujidades e ranço, validade mínima de 10 meses a contar da entrega, em embalagem apropriada e com dados do fabricante, como, data de fabricação, validade próprios da embalagem (NÃO SERÁ ACEITA EMBALAGEM SEM RÓTULOS) e suas condições deverão estar de acordo com NTA-29 (Decreto 12486, de 20/10/78). Embalagem: 1 kg. (129283-8 – UF 003). Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA	KIL	14,0000
41	COLORAU 500GR Colorífico em pó fino homogêneo, obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, com aspecto com cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos e a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, hermeticamente vedado e resistente, embalagem apropriada com dados do fabricante , data fabricação e validade.	PAC	24,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

42	COMPLEMENTO ALIMENTAR FLOCOS CEREAIS 400GR Especificação:COMPLEMENTO ALIMENTAR, mistura a base de flocos de cereais de trigo, aveia, maltodextrina, sacarose e adição de vitaminas e minerais, apresentado em flocos, acondicionado em lata apropriada contendo 350 a 400gramas, hermeticamente fechada, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-83 (Decreto 12.486 de 20/10/78).Validade mínima de 8 meses a contar da data de entrega. (3574-2 –UF 003)	UNI	240,0000
43	COMPLEMENTO ALIMENTAR MISTURA LACTEA 210GRS Especificação:COMPLEMENTO ALIMENTAR, mistura láctea, a base de farinha de trigo torrada, leite, farinha de cereais e outros produtos permitidos, vitaminas e minerais, em pó, acondicionado em embalagem apropriada, hermeticamente fechada, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-83 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Validade mínima de 8 meses a contar da data de 1 entrega. (3570-0 – UF 003) Embalagem contendo de 210 gramas a 230 grs em latas ou sache.	UNI	960,0000
44	CREME CEBOLA 65GR Especificação:CREME DE CEBOLA; feito de farinha de trigo, fécula de mandioca, cebola, sal,gordura vegetal condimento preparado, sabor cebola, proteína vegetal hidrolisada, açúcar e condimentos, embalado em pacotes de 65 Gr, e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 276/ e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega	PAC	120,0000
45	CREME LEITE 200GR Especificação:CREME DE LEITE EM CAIXA, apresentando teor de matéria gorda mínima de 25% ; embalado em caixa pesando 200 GRAMAS, com validade mínima de 5 meses a contar da data de entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria ma-146,de 07/03/96; e sua posteriores alterações; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced.administrativos determinados pelo mapa.	UNI	2.000,0000
46	CREME MARGARINA VEGETAL Especificação:CREME (MARGARINA) VEGETAL, sem sal,composto de 60% de Lipídios, podendo conter vitamina e outras substâncias permitidas, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, em sachê, caixa com 192 unidades, com validade mínima de 5 meses a contar da data da entrega, embalado em embalagem apropriada e íntegras, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-50 (Decreto 12486, de 20/10/78). (206266-6 – UF 412). CAIXA COM 192 UNIDADES).	CAI	24,0000
47	DANETTE C/2UNID. Especificação:SOBREMESA LACTEA SABOR CHOCOLATE; composto de leite padronizado reconstituído, açúcar, cacau em pó, amido modificado, corante e estabilizante> Embalagem com no mínimo 180grs e validade mínima de 02 meses a contar a data de entrega	UNI	30,0000
48	DOCE DE GOIABA Especificação::cremosa, resultante do processamento adequado das partes comestíveis da goiaba com açúcar, com ou sem adição de agua e aditivos permitidos pela legislação. Embalagem deve conter 500grs com data de validade, identificação da marca, número do lote, procedência, composição. Validade mínima de 06 meses a contar a data de entrega.	KIL	30,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

49	DOCE LEITE Especificação:DOCE DE LEITE cremoso, elaborado com leite, açúcar, glicose de milho, amido de milho, soro de leite em pó, regulador de acidez bicarbonato de sódio e conservador sorbato de potássio. não contem gluten. A embalagem deve conter: data de validade, identificação da marca, número do lote, procedência, composição. Acondicionado em bisnaga com 1kg.	KIL	12,0000
50	ERVILHA 2KG Especificação:ERVILHA VERDE EM CONSERVA, simples, inteira, imersa em líquido, tamanho e coloração uniformes, acondicionada em lata ou sache com 2 quilos, validade mínima 10 meses a contar da data da entrega, sendo considerado como peso líquido o produto drenado, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-31 (Decreto 12486 de 20/10/78). (127747-2 – UF 314)	UNI	84,0000
51	ESSENCIA BAUNILHA 30ML Especificação:ESSENCIA ARTIFICIAL; preparada com vegetais genuínos maduros; com aspecto cor, cheiro e sabor de baunilha; validade mínimas de 12 meses a contar da entrega, em frasco de plástico, transparente, atóxico; e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-57 (decreto 12486 de 20/10/78).	UNI	36,0000
52	EXTRATO SOJA 400GR Especificação:EXTRATO DE SOJA EM PÓ, composto por proteína isolada de soja, isento de sacarose e lactose, contendo 12 a 15% de proteínas, 50 a 55% de carboidratos e 20 a 30% de lipídios; vitaminas e sais minerais de acordo com a RDA; 0,6 a 0,8 kcal/ml, acondicionado em embalagens de 400g, que garanta as propriedades do produto, validade mínima 6 meses a contar da data da entrega e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 83 (decreto 12486 de 20/10/78).	PAC	36,0000
53	EXTRATO TOMATE 1KG Especificação:EXTRATO TOMATE , simples, concentrado, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico, preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação, validade mínima 8 meses a contar da entrega, em sache fechado, sem estar estufado ou amassados e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-32 (Decreto 12486 de (20/10/78). Embalagem: Sache com 1kg.	UNI	1.000,0000
54	FARINHA MANDIOCA 500GR Especificação:FARINHA DE MANDIOCA TORRADA;Seca,Extrafina, não deverá apresentar misturas, resíduos e/ou impurezas. Não deverá apresentar odor forte e intenso (não característico do produto). Validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega. A embalagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, nº de registro em órgão competente. Pacote contendo 500 gr	PAC	12,0000
55	FARINHA MILHO Especificação:FARINHA DE MILHO; simples, do grão de milho torrado e peneirado; na cor amarela; isenta de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima 7 meses a contar da entrega, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, pesando 500g por embalagem; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria RDC 263 de 22 de setembro de 2005; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced.administrativos determinados pela ANVISA	KIL	84,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

56	FARINHA TRIGO Especificação:FARINHA DE TRIGO, TIPO 1 obtida do trigo moído, limpo, desgerminado, de cor branca, isenta de sujidades, parasitos e larvas, livre de fermentação, mofo e materiais terrosos, com umidade de máximo 15%, acidez graxa de 100mg KOH/100mg de matéria seca, teor de proteína maior que 5g por 50g de produto, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES a contar da entrega, acondicionado em saco de papel, atóxico, e suas condições deverão estar de acordo com a (Portaria nº 54, de 18/07/96). Embalagem: Saco com 1 kg. (132484-5 – UF 302). Não será aceita de cor acinzentada ou amarelada. Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA	KIL	396,0000
57	FEIJAO CARIOQUINHA TIPO 1 Especificação:FEIJÃO, CARIOCA, TIPO 1, novo, de cor clara, constituído de grãos inteiros e sãos, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico, validade mínima de 5 meses a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com (Portaria M.A 161, de 24/07/87). Embalagem: saco com 01 kg. (12045-6 – UF 302). Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced.Administrativos determinados pela ANVISA	KIL	2.880,0000
58	FEIJAO PRETO Especificação:FEIJAO; PRETO, maquinado; tipo 1; novo; constituído de grãos inteiros e sãos; com teor de umidade máxima de 15%; isento de material terroso,sujidades e mistura de outras variedades e espécies; acondicionado em sacos de fibras sintéticos de 1kg; e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente do mapa,validade de 05 meses a contar da data de entrega.	KIL	144,0000
59	FERMENTO BIOLOGICO PAO 500GR Especificação:FERMENTO BIOLÓGICO FRESCO, utilizado para fabricação de pão. Sabor, cor, odor característico, acondicionado em embalagem bem intacta e fechada. Com data de validade mínima de dois meses. Embalagem contendo 500g	PAC	12,0000
60	FERMENTO QUIMICO PO 250GR Especificação:FERMENTO QUÍMICO, tipo em pó, composto de pirofosfato ácido de sódio, bicarbonato de sódio, fosfato mono-cálcio, validade mínima 6 meses a contar da data de entrega, acondicionado em lata hermeticamente fechada, com 250 gramas e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-81 (Decreto 12486 de 20/10/78). (129433-4 – UF 003)	UNI	36,0000
61	FIGO EM CALDA Especificação:DOCE DE FIGO EM CALDA; Produto resultante do processamento das partes comestíveis desintegrados do figo, imerso em líquido de cobertura. Frutas inteiras cobertas com calda, odor e sabor característicos Embalagem: lata com no mínimo 400g, em perfeito estado de conservação, as latas não poderão estar amassadas e enferrujadas .Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de fabricação.	LAT	12,0000
62	FLOCOS DE MILHO Especificação:FLOCOS DE MILHO ACUCARADOS, LAMINADOS E TOSTADOS, SABORNATURAL, Composto de Extrato de Malte, Açúcar; Admitindo Adição de Mel e Outros Ingredientes Permitidos; Sem Corantes Artificiais; Com Aspecto, Cor, Cheiro e Sabor Próprios; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos;	UNI	24,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	Validade Mínima de 03 Meses Na Data Da Entrega, Embalagem Primaria Saco Transparente, Atoxico; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão Embalagem: 300 gramas, Fechada; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 273/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;		
63	FUBA Especificação:FUBÁ DE MILHO, simples, do grão de milho moído, de cor amarela, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas, validade mínima 6 meses a contar da entrega, em saco plástico transparente, atóxico, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-34 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Embalagem: saco com 1 kg. (3992-6 – UF 404). Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA	KIL	180,0000
64	GELATINA Especificação:PÓ PARA PREPARO DE GELATINA, composto de açúcar, sal, agente tamponante, acidulante, aroma artificial nos sabores citados, corantes artificiais e outras substâncias permitidas, qualidade ingredientes são e limpos, umidade de 2% p/p, validade mínima 10 meses a contar da entrega, em embalagem apropriada, embalagem com 1 kg, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-79 (Decreto 12486, de 20/10/78). (144919-2 – UF 302 Nos sabores ABACAXI, UVA, MORANGO, LIMÃO,FRAMBOESA	KIL	720,0000
65	GELATINA DIET 15GR Especificação: PÓ PARA PREPARO DE GELATINA DIETÉTICA, sabor ABACAXI, MORANGO,UVA E FRAMBOESA, sal, acidulante, agente tamponante, edulcorantes artificiais: aspartame, acesulfame, aroma artificial, corantes artificiais e outras substâncias permitidas, qualidade ingredientes são e limpos, umidade de 2% p/p, validade mínima 10 meses a contar da data da entrega, acondicionada em embalagem apropriada, embalado em caixa, pesando 15 gramas cada, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-83 (Decreto 12486, de 20/10/78). (132159-5 – UF 365).	CAI	1.200,0000
66	GELATINA S/SABOR C/2UNID. Especificação:PO P/PREPARO DE GELATINA; SEM SABOR; composto de colágeno animal; neutro, sem conservantes; corantes artificiais e sem aroma; qualidade ingredientes são e limpos, umidade de 2% p/p; validade mínima de 10 meses a contar da entrega, acondicionado em embalagem de 24 gr; e suas condições deverão estar de acordo com a nta-79(decreto 12486, de 20/10/78),resolução rdc 273 de 22 de setembro de 2005; produto sujeito a verificação no ato entrega aos proc ANVISA.	CAI	360,0000
67	GERMEM TRIGO 500GR Especificação:GERMEN DE TRIGO integral, em flocos,isento de odores, sabores, ausência de sujidades, parasitas, larvas e outros materiais estranhos, admitindo umidade máxima de 15,0% PP, acondicionado em saco plástico embalagem de 500 gramas e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 33 (decreto 12486 de 20/10/78), com validade mínima de 5 meses a contar da data de entrega. Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA	PAC	84,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

68	LEITE COCO 200ML Especificação:LEITE DE COCO, natural concentrado, isento de sujidades, parasitas, larvas , com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, acondicionado em embalagem plástica ou de vidro contendo 200ml. Validade mínima de 06 meses a contar a data de entrega	UNI	36,0000
69	LEITE CONDENSADO 395GR Especificação:LEITE CONDENSADO composto de leite integral, açúcar e lactose (tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, validade mínima 10 meses a contar da entrega, acondicionado em Embalagem: de 395 gramas. (145160-0 – UF 003).	UNI	1.000,0000
70	LEITE PO 400GRS Especificação:LEITE EM PÓ INTEGRAL, sem adição de açúcar, obtido por desidratação do leite de vaca integral e apto para a alimentação humana mediante processos tecnologicamente adequados. Na informação nutricional o produto deve conter carboidratos, proteínas, gorduras totais e saturadas, sódio. Cor branco amarelado, pó fino e uniforme sem grumos, sabor suave semelhante ao leite fluido Embalagem: de 400 grs. Validade de mínima de 06 meses a contar a data de entrega.	PAC	90,0000
71	LENTILHA Especificação:LENTILHA; Tipo I, classe média, nova, de 1ª qualidade, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados. Embalagem: plástica, resistente, transparente, contendo 500g do produto. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega	KIL	6,0000
72	MACARRAO ARGOLINHA 500GR Especificação:MASSA ALIMENTÍCIA, tipo seca para macarronada, formato ARGOLINHA cor amarela, obtida pelo amassamento da sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais de urucum e cúrcuma, isenta de corantes artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, com validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a (Res. RDC12/01 ANVISA/MS), (Res. 385/99 ANVS), (Res. 12/78 CNNPA/MS), (Port. 74/94 VS/MS), (Port. 540/97 SVS). Embalagem: pacote com 500 gramas. (4787-2 – UF 003)	PAC	600,0000
73	MACARRAO ESPAGUETE 500GR Especificação:MASSA ALIMENTÍCIA, tipo seca para macarronada, formato ESPAGUETE, cor amarela, obtida pelo amassamento da sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais de urucum e cúrcuma, isenta de corantes artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, com validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a (Res. RDC12/01 ANVISA/MS), (Res. 385/99 ANVS), (Res. 12/78 CNNPA/MS), (Port. 74/94 VS/MS), (Port. 540/97 SVS). Embalagem: pacote com 500 gramas. (4787-2 – UF 003)	PAC	96,0000
74	MACARRAO INSTANTANEO Especificação:MASSA ALIMENTÍCIA, Macarrão instantâneo TIPO MIOJO, composto por farinha de trigo enriquecida com ácido fólico e ferro, gordura vegetal, sal, estabilizante e reguladores de acidez. Tempero em pó nos sabores Galiha e	PAC	48,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	Carne acondicionado em embalagem atóxica, íntegra, limpa contendo 500G A embalagem deve conter: DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE E NUMERO DE LOTE		
75	MACARRAO PARAFUSO 500GR Especificação: MASSA ALIMENTÍCIA, tipo seca para macarronada, formato PARAFUSO, cor amarela, obtida pelo amassamento sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais de urucum e cúrcuma, isenta de corantes artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, com validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a (Res.RDC12/01 ANVISA/MS), (Res. 385/99 ANVS), (Res. 12/78 CNNPA/MS), (Port. 74/94 VS/MS), (Port. 540/97 SVS). Embalagem: pacote com 500 gramas. (4787-2 – UF 003)	PAC	384,0000
76	MACARRAO PARAFUSO INTEGRAL 500 GRAMAS Especificação: MASSA ALIMENTÍCIA INTEGRAL, tipo seca para macarronada, formato PARAFUSO, cor amarronzada, obtida pelo amassamento sêmola de trigo durum e farelo de trigo, isenta de corantes artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, com validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a (Res.RDC12/01 ANVISA/MS), (Res. 385/99 ANVS), (Res. 12/78 CNNPA/MS), (Port. 74/94 VS/MS), (Port. 540/97 SVS). Embalagem: pacote com 500 gramas. (4787-2 – UF 003)	PAC	48,0000
77	MAIONESE 3KG Especificação: MAIONESE, emulsão cremosa obtida com ovos e óleos vegetais; com adição de condimentos; substâncias comestíveis e sem corantes; de consistência cremosa; na cor amarelo claro; com cheiro e sabor próprios; isento de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação; acondicionada em frasco plástico; validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega; hermeticamente fechado. Embalagem: pesando 3kg e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-70 (decreto 12486, de 20/10/78.	UNI	60,0000
78	MARGARINA 15KG Especificação: MARGARINA VEGETAL, com sal composto de 60% a 80% de lipídios, podendo conter vitamina e outras substâncias permitidas, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, validade mínima 5 meses a contar da entrega, em balde, pesando 15 kg, com validade mínima de 5 meses a contar da data da entrega, embalado em embalagem apropriada, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-50 (Decreto 12486, de 20/10/78). (206266-6 – UF 412)	UNI	36,0000
79	MARIA MOLE SABOR CHOCOLATE Especificação: MISTURA PARA PREPARO DE MARIA MOLE; sabor CHOCOLATE, constituído de gelatina, açúcar, sem glúten, apresentação em pó, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, embalado em material resistente, vedada hermeticamente, caixinha com 50 gramas, com validade mínima a contar da data de entrega de 8 meses, suas condições deverão estar de acordo com a NTA 57 (Dec. N. 12.486 de 20/10/78).	CAI	168,0000
80	MARIA MOLE SABOR COCO Especificação: MISTURA PARA PREPARO DE MARIA MOLE; sabor COCO, constituído de gelatina, açúcar, sem glúten, apresentação em pó, com aspecto, cor	CAI	168,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, embalado em material resistente, vedada hermeticamente, caixinha com 50 gramas, com validade mínima a contar da data de entrega de 8 meses, suas condições deverão estar de acordo com a NTA 57 (Dec. N. 12.486 de 20/10/78).		
81	MARIA MOLE SABOR MORANGO Especificação: MISTURA PARA PREPARO DE MARIA MOLE; sabor MORANGO, constituído de gelatina, açúcar, sem glúten, apresentação em pó, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, embalado em material resistente, vedada hermeticamente, caixinha com 50 gramas, com validade mínima a contar da data de entrega de 8 meses, suas condições deverão estar de acordo com a NTA 57 (Dec. N. 12.486 de 20/10/78).	CAI	168,0000
82	MASSA LASANHA 500GR Especificação: MASSA ALIMENTÍCIA, tipo seca Pré cozida, formato LASANHA, cor amarela, obtida pelo amassamento da sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais de urucum e curcuma, isenta de corantes artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, com validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a (Res.RDC12/01 ANVISA/MS), (Res. 385/99 ANVS), (Res. 12/78 CNNPA/MS), (Port. 74/94 VS/MS), (Port. 540/97 SVS). Embalagem: pacote com 500 gramas. (4787-2 – UF 003)	PAC	300,0000
83	MASSA MINI PIZZA C/10 Especificação: MASSA PARA MINI PIZZA – massa pré-assada de mini pizza, composta por farinha de trigo, gordura vegetal, fermento, sal e conservantes. Cor, odor característicos. Pacotes contendo no mínimo 10 unidades de massa. Validade mínima de 02 meses a contar a data de entrega	PAC	12,0000
84	MASSA PARA TAPIOCA Especificação: Massa pronta para preparo de tapioca, fécula de mandioca hidratada, embalagem contendo identificação da empresa, data fabricação e validade. Embalagem com 400grs	PAC	120,0000
85	MASSA PASTEL Especificação: MASSA PARA PASTEL, acondicionada em embalagem de polietileno, contendo identificação do produto, rotulo com ingrediente, valor nutricional, data de fabricação e validade. Pacote contendo rolo de 500grs Validade mínima de 30 dias a partir da data de entrega.	PAC	72,0000
86	MILHO VERDE 2KG Especificação: MILHO VERDE EM CONSERVA, simples, grãos inteiros, imerso em líquido, tamanho e coloração uniformes, acondicionado em sachê ou lata de 2Kg, com validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega, devendo ser considerado como peso líquido o produto drenado, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-31 (Decreto 12486, de 20/10/78). (127748-0 – UF	UNI	84,0000
87	MISTURA PRONTA P/BOLO 5KG Especificação: MISTURA PRONTA PARA BOLO, composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 5Kg. Produto sujeito aos proced. Administrativos	PAC	36,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	determinados pela ANVISA. Alternar sabores entre baunilha, chocolate, coco, cenoura, laranja		
88	MOLHO PIMENTA 900ML Especificação: MOLHO DE PIMENTA composto de água, polpa de pimenta malagueta, vinagre, sal e especiarias genuínas e puras; de consistência líquido; ausência de coliformes fecais, salmonelas e seus ingredientes de primeira qualidade; frasco de plástico de 900ml; validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega e deverão estar de acordo com a NTA resolução 276 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações vigentes; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA.	UNI	36,0000
89	NESCAFÉ Especificação: CAFÉ GRANULADO SOLÚVEL, instantâneo com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, não contendo glúten, acondicionado em sachês de 50grs, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	PAC	60,0000
90	OLEO SOJA 900ML Especificação: ÓLEO COMESTÍVEL, soja, obtido de espécie vegetal, isento de ranço e substâncias estranhas, validade mínima 10 meses a contar da entrega, embalado em embalagem apropriada com 900ml, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-50 (Decreto 12.486 de 20/10/78). (5000-8 – UF 481	LIT	2.400,0000
91	OREGANO Especificação: OREGANO EM FOLHAS SECAS; orégano em folhas secas; obtido de espécimes vegetais genuínos; grãos são e limpos; de coloração verde pardacenta; com cheiro aromático e sabor próprio; isento de sujidades e materiais estranhos a sua espécie; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, contendo 500 gramas; resistente e hermeticamente vedado, validade mínima 12 meses a contar da data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 276/05. É NECESSÁRIO VIR EM EMBALAGEM ORIGINAL COM ROTULO CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES: VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE	KIL	6,0000
92	PACOCA Especificação: PACOCA, AMENDOIM MOÍDO, CAIXA 50 UNIDADES DE 26 GRAMAS Paçoca; composto de amendoim moído, açúcar, farinha de mandioca e sal, prensados; acondicionada em caixa de papelão com 50 unidades; embalada individualmente, pesando 26 g cada; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução 172 de 04 de julho de 2003 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA.	PAC	36,0000
93	PAO FORMA Especificação: PÃO DE FORMA; Superfície lisa, macia, não quebradiça, miolo consistente e macio, tipo tradicional, peça fatiada contendo em média 20 fatias, composto de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, conservador, embalado em saco polietileno atóxico, pesando em média 500 gramas. Validade mínima de 07	PAC	48,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	dias a partir da data de entrega		
94	PESSEGO CALDA 490GR Especificação:DOCE DE PÊSSEGO EM CALDA, preparado com frutas maduras, sãs, limpas, em metades com consistência própria, sem caroço. Frutas com cor, cheiro e sabor característico.Embalagem: lata de folha de flandres com 450g, em perfeito estado de conservação, as latas não poderão estar amassadas e enferrujadas . Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de fabricação	UNI	72,0000
95	PO CAFE 500GR Especificação:CAFE TRADICIONAL torrado e moído, devendo conter ate 30% de grãos conillon, 20% de preto /verdes/ardidos, isento de grãos pretos-verdes ou fermentado; Grãos crus sãos e limpos; na cor castanho claro a moderado escuro, admitindo-se Grãos de Safras Passadas, robusta Conillon; Desde Que o Gosto Não Seja Pronunciado e Preponderante; Isento de Impurezas (cascas e Paus);com qualidade mínima aceitável de 4,5 pontos na escala sensorial de zero a dez do lote entregue. Rotulagem Impressa No Pacote; Não Sendo Tolerada a Presença de Etiqueta Auto Adesiva Com a descrição do Produto; Validade Mínima Na Data Da Entrega de (11) Onze Meses; Devendo Obedecer As Exigências Das Port. 377, de 26/04/1999 e Port.259/2002, Res-saa28 de 01/06/2007; Instrução Normativa NR 16, de 24/05/2010 do Mapa para a Elaboração de Laudo Apos a Entrega do Café; Embalagem: pacote com 500 gramas.	PAC	5.480,0000
96	POLVILHO Especificação: POLVILHO; AZEDO; BRANCA; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, com validade mínima 6 meses a contar da data da entrega; isento de sujidades, parasitas e larvas; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA	KIL	60,0000
97	PUDIM DIET CAMELO Especificação:PÓ PARA PREPARO DE PUDIM, SABOR CAMELO, DIET composto de amido ou fécula, açúcar, espessantes e outras substâncias, , resistente, fechado, com validade mínima 10 meses a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-79 (Decreto 12486, de 20/10/78). Embalagem: embalagem pesando 15 a 35gramas (11281-0 – UF 404).	CAI	216,0000
98	PUDIM DIET CHOCOLATE Especificação:PÓ PARA PREPARO DE PUDIM, SABOR CHOCOLATE, DIET composto de amido ou fécula, açúcar, espessantes e outras substâncias, , resistente, fechado, com validade mínima 10 meses a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-79 (Decreto 12486, de 20/10/78). Embalagem: embalagem pesando 15 a 35g gramas(11281-0 – UF 404	CAI	216,0000
99	PUDIM DIET COCO Especificação:PÓ PARA PREPARO DE PUDIM, SABOR COCO, DIET composto de amido ou fécula, açúcar, espessantes e outras substâncias, , resistente, fechado, com validade mínima 10 meses a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-79 (Decreto 12486, de 20/10/78). Embalagem: embalagem pesando 15 a 35 gramas (11281-0 – UF 404	CAI	216,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

100	PUDIM DIET MORANGO Especificação:PÓ PARA PREPARO DE PUDIM, SABOR MORANGO, DIET composto de amido ou fécula, açúcar, espessantes e outras substâncias, resistente, fechado, com validade mínima 10 meses a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-79 (Decreto 12486, de 20/10/78).	CAI	216,0000
101	PUDIM PO 1KG Especificação:MISTURA PARA O PREPARO DE PUDIM. Mistura para o preparo de pudim; sabor chocolate OU leite condensado OU morango; constituído de leite em pó, açúcar, cacau, amido de milho; féculas ou outro espessante; podendo ser acrescido de aromatizante natural; não admitindo adição de soja e seus derivados; devera ser de fácil preparo pela adição de agua e cozimento rápido; com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitos e larvas; com validade mínima de 11 meses a contar da data da entrega; acondicionado em PACOTE de 1Kg de polietileno atóxico, resistente; embalado em caixa de papelão reforçado, lacrado e rotulado; e suas condições deverão estar de acordo com a (res.04/88 CNS/MS),(res.RDC 12/01 ANVISA/MS); (port.540/97 SVS/MS),(port.645/97 SVS/MS); nta-87(dec.12.486/78),(res.12/78 CNNPA/MS	KIL	24,0000
102	QUEIJO RALADO 50GR Especificação:QUEIJO RALADO; queijo tipo parmesão ralado, não congelado, em pacotes de 50g, validade de 6 meses, data de embalagem não superior a 30 dias. Rotulagem de acordo com a legislação vigente contendo todas as especificações do produto e registro em órgão competente	PAC	40,0000
103	REFRIGERANTE EXTRATO DE COLA 2LTS Especificação:REFRIGERANTE; composto de extrato de cola,água gaseificada,açúcar; sendo permitido adição de caramelo e de essências; isento de corantes artificiais,com validade mínima de 02 meses a contar da data da entrega; livre de sujidades,parasitos e larvas; acondicionado em pet com tampa de rosca,embalagem plástica com 6 unidades,contendo 2 litros cada; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 544, de 16 de novembro de 1998 e suas alterações; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pelo mapa.	UNI	360,0000
104	REFRIGERANTE EXTRATO GUARANA 2LTS Especificação:REFRIGERANTE; composto de extrato de guaraná,água gaseificada,açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g de extrato de semente de guaraná; isento de corantes artificiais,com validade mínima de 02 meses a contar da entrega; livre de sujidades,parasitas e larvas; acondicionado em pet com tampa de rosca,embalagem plástica com 6 unidades,contendo 2 litros cada; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 544, de 16 de novembro de 1998 e suas alterações; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pelo mapa.	UNI	288,0000
105	REFRIGERANTE EXTRATO GUARANA DIET 2LTS Especificação:REFRIGERANTE; composto de guaraná dietético, água gaseificada, edulcorante artificial, sacarina sódica (17,2mg/100ml); sendo permitido ciclamato de sódio (87.9/100ml) extrato vegetal de guaraná; isento de conservador (ins 211), acidulante (ins 330) antioxidante (ins300) corante (ins 150d); livre de livre de sujidades, parasitas e larvas; acondicionado em embalagem pet de 02 litros em fardo plástico com 06 unidades; validade mínima de 02 meses a contar da entrega	UNI	144,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 544, de 16 de novembro de 1998 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pelo mapa		
106	REFRIGERANTE SUCO LARANJA 2LTS Especificação:REFRIGERANTE; composto de água gaseificada,açúcar; suco de laranja 10%, aroma sintético artificial, acidulante INS 330, conservador INS 211, estabilizante,com validade mínima de 02 meses a contar da entrega; livre de sujidades,parasitas e larvas; acondicionado em garrafas pet com tampa de rosca, embalagem plástica com 6 unidades, contendo 2 litros cada; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 544, de 16 de novembro de 1998 e suas alterações; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pelo MAPA	UNI	288,0000
107	REQUEIJAO Especificação:REQUEIJÃO CREMOSO; copo de vidro ou pote plástico vedado, com peso líquido de 220 g a 250 g composto por leite ou leite desnatado ou soro de leite, creme de leite, sal, fermento lácteo, estabilizante e conservante. Poderá conter outros ingredientes desde que mencionado e condizente com o objeto, mas não poderá conter amido nem espessante. Rotulagem de acordo com a legislação vigente contendo todas as especificações do produto e registro em órgão competente. Validade mínima de 02 meses a contar a data de entrega	UNI	24,0000
108	REQUEIJAO BISNAGA Especificação:REQUEIJÃO CREMOSO, BISNAGA com peso de 400grs composto por leite ou leite desnatado ou soro de leite, estabilizante e conservante. Poderá conter amido. Rotulagem de acordo com a legislação vigente contendo todas as especificações do produto e registro em órgão competente. Validade mínima de 02 meses a contar a data de entrega	UNI	14,0000
109	SAGU 500GR Especificação:SAGU; produto amiláceo extraído e preparado de outros amidos e féculas em forma granulada; açúcar, anti umectante, sem sabor, com validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega, com aspecto, cheiro e sabor próprios, livre de resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; acondicionado em embalagem contendo 500 gramas e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 37	CAI	72,0000
110	SAL Especificação:SAL REFINADO, iodado, com no mínimo 96,95% de cloreto de sódio e sais de iodo, acondicionado em saco de polietileno, resistente e vedado, com validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega. Embalagem: saco com 01 kg. (3561-0 – UF 302).	KIL	780,0000
111	SARDINHA 135GRS Especificação:SARDINHA, Pescado em conserva; preparados com pescado fresco, limpo, desviscerado; apresentação: inteira com espinha, sem cabeça; conservado em óleo comestível; com aspecto cor cheiro e sabor próprio; isento de ferrugem e danificação nas embalagens; validade min.24 meses,lata com 135 gramas; e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-10 (decreto 12486, de 20/10/78)	UNI	120,0000
112	SEMENTE LINHACA 200GR Especificação:SEMENTE DE LINHAÇA, marron ou dourada isenta de insetos e	PAC	360,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	sujeiras; livre de qualquer tipo de aditivo, embalagem com 200gr; validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Deverá conter ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE NÃO SERÁ ACEITO EMBALAGEM SEM RÓTULO		
113	SUCO LIQUIDO MARACUJA 500ML Especificação: SUCO CONCENTRADO LIQUIDO, sabor de maracujá, acondicionado em garrafas pet ou vidro de 500 ml. Composição mínima: água, suco de maracujá concentrado, não fermentado e não alcoólico. Não deve conter glúten e nem adição de açúcar. Rendimento de pelo menos 4,5 litros para cada 500 ml de suco. A embalagem deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente. Validade mínima de 6 meses	UNI	48,0000
114	SUCO PO LARANJA Especificação: SUCO EM PÓ CONCENTRADO; SABOR LARANJA, para ser diluído em água; composto de corante natural; conservante: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio; e outras substâncias permitidas a sua composição; qualidade obtida da fruta madura e sa; processamento tecnológico adequado submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; com aspecto cor, cheiro e sabor próprio; com validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega; embalado em pacotes de 1 kg; com RENDIMENTO DE 10 LITROS e suas condições deverão estar de acordo com a dec.3.510/00, res.rdc 130/02, res.rdc 360/03 ANVISA produto sujeito a verificação no ato da entrega ao; s proced.administrativos determinados pela ANVISA.	KIL	324,0000
115	SUCO PO LÍMÃO Especificação: SUCO EM PÓ CONCENTRADO; SABOR LIMÃO para ser diluído em água; composto de corante natural; conservante: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio; e outras substâncias permitidas a sua composição; qualidade obtida da fruta madura e sa; processamento tecnológico adequado submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; com aspecto cor, cheiro e sabor próprio; com validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega; embalado em pacotes de 1 kg; com RENDIMENTO DE 10 LITROS e suas condições deverão estar de acordo com a dec.3.510/00, res.rdc 130/02, res.rdc 360/03 ANVISA.	KIL	324,0000
116	SUCO PO MARACUJA Especificação: SUCO EM PÓ CONCENTRADO; SABOR MARACUJÁ, para ser diluído em água; composto de corante natural; conservante: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio; e outras substâncias permitidas a sua composição; qualidade obtida da fruta madura e sa; processamento tecnológico adequado submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; com aspecto cor, cheiro e sabor próprio; com validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega; embalado em pacotes de 1 kg; com RENDIMENTO DE 10 LITROS e suas condições deverão estar de acordo com a dec.3.510/00, res.rdc 130/02, res.rdc 360/03 ANVISA produto sujeito a Verificação no ato da entrega ao; s proced.administrativos determinados pela ANVISA	KIL	324,0000
117	SUCO PO MORANGO Especificação: SUCO EM PÓ CONCENTRADO; SABOR MORANGO, para ser diluído em água; composto de corante natural; conservante: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio; e outras substâncias permitidas a sua composição;	KIL	324,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	qualidade obtido da fruta madura e sãs; processamento tecnológico adequado submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação ate o consumo; com aspecto cor,cheiro e sabor próprio; com validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega; embalado em pacotes de 1 kg; com RENDIMENTO DE 10 LITROS e suas condições deverão estar de acordo com a dec.3.510/00,res.rdc 130/02,res.rdc 360/03 ANVISA produto sujeito a veificação no ato da entrega ao; procedimentos administrativos determinados pela ANVISA		
118	SUCO PO TANGERINA Especificação:SUCO EM PÓ CONCENTRADO; SABOR TANGERINA para ser diluído em água; composto de corante natural; conservante: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio; e outras substancias permitidas a sua composição; qualidade obtido da fruta madura e sã; processamento tecnológico adequado submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação ate o consumo; com aspecto cor,cheiro e sabor próprio; com validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega; embalado em pacotes de 1 kg; com RENDIMENTO DE 10 LITROS e suas condições deverão estar de acordo com a dec.3.510/00,res.rdc 130/02,res.rdc 360/03 ANVISA produto sujeito a verificação no ato da entrega ao; s proced.administrativos determinados pela ANVISA	KIL	324,0000
119	SUCO PO UVA Especificação:SUCO EM PÓ CONCENTRADO; SABOR UVA, para ser diluído em água; composto de corante natural; conservante: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio; e outras substancias permitidas a sua composição; qualidade obtido da fruta madura e sã; processamento tecnológico adequado submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação ate o consumo; com aspecto cor,cheiro e sabor próprio; com validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega; embalado em pacotes de 1 kg; com rendimento de 10 litros e suas condições deverão estar de acordo com a dec.3.510/00,res.rdc 130/02,res.rdc 360/03 ANVISA produto sujeito a verificação no ato da entrega ao; s proced. administrativos determinados pela ANVISA	KIL	324,0000
120	TRIGO Especificação:TRIGO; obtido a partir do trigo triturado e germinado para quibe; isento de sujidades, parasitas e larvas; acondicionado em embalagem apropriada de 500 gr e suas condições deverão estar de acordo com a portaria RDC 263 de 22 de setembro de 2005; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA. Validade mínima de 5 meses a contar da data de entrega	KIL	60,0000
121	UVA PASSA Especificação:UVA PASSA PRETA SEM SEMENTE; produto obtido pela perda parcial da água da fruta madura, inteira ou em pedaços, por processos tecnológicos adequados, isentas de matéria terrosa. Produto acondicionado em embalagem própria com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade Validade mínima de 5 meses a contar da data de entrega.	KIL	6,0000
122	VINAGRE 750ML Especificação:VINAGRE DE ALCOOL, branco ou colorido, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso, e detritos de animais e vegetais, com validade mínima 10 meses a contar da data da entrega, acondicionado em frasco plástico com tampa inviolável, hermeticamente fechado, e suas condições deverão estar de acordo com a	FRA	360,0000



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

	resolução RDC 27605 e suas alterações posteriores NTA-72 (Decreto 12486, de 20/10/78). (3555-6 – UF 231) Embalagem: frasco com 750 ml. produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA		
123	XAROPE GROSELHA Especificação: XAROPE ARTIFICIAL, elaborado com açúcar, água potável, sabor GROSELHA, e substâncias permitidas, com densidade mínima de 1,30 ou seja, 62% de açúcar por peso, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em frasco de plástico, transparente, atóxico, com tampa rosqueada e hermeticamente vedada, com validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-62 (Decreto 12486, de 20/10/78). Embalagem: frasco com 01 litro. (3556-4 – UF 037);	LIT	96,0000

4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. O fornecimento será efetuado conforme a necessidade de consumo do Conderg e Samu Os pedidos serão formulados pelo Departamento de Licitações e Compras, e as entregas deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena da incidência das penalidades previstas neste Edital por inexecução contratual.

4.2. Os materiais deverão ser entregues e descarregados de segunda a sexta-feira, nos Almoxarifados do Conderg Hospital Regional sito à Avenida Leonor Mendes de Barros, 626 – Centro Divinolândia ou Samu Avenida João Osorio, 258, São João da Boa Vista CEP: 13870-251 (conforme autorização de fornecimento) das 8:00 às 16:00 horas, por conta e risco do fornecedor, nas condições ofertadas, obedecendo ao prazo de entrega.

4.3. Os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação do produto. As embalagens deverão conter a data e o n.º do lote de fabricação, prazo de validade para uso dos mesmos e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

5. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, no local e endereço indicado 4.2 anterior, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no dia 28 do mês subsequente, contatos a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, que enviará o documento para quitação através divisão de Tesouraria do Departamento de Finanças do Conderg.



**CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista**

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042 /2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 855/2020

Data: ___/___/2020

Horário de Abertura: __:___

Denominação da Proponente:

Endereço:

Cep:

Fone:

Email:

CNPJ:

Incr. Estadual

Data:

Banco: Agência: n.º da Conta:

Denominação da Proponente:		
Endereço:		
Cep:	Fone:	Email:
CNPJ:	Incr. Estadual	Data:
Banco::	Agência	n.º da Conta:

Obs: averte-se que a simples apresentação desta proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da licitante neste certame, ou de que a mesma não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

a) Prazo para entrega: _____ (máximo 10 dias após o pedido).

b) Prazo de validade da proposta: _____ (não inferior a 60 dias).

Declaro, sob as penas da lei, que os materiais ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência. Declaro que os preços apresentados contemplam, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, necessárias à completa execução as Ata.

Declaro ter ciência do estimativo de aquisições e do prazo de entrega dos produtos conforme o Termo de Referência e seus anexos.

ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Registro Anvisa	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
1							

Local _____ DATA: ___/___/2020.

Nome e Assinatura do representa legal da empresa



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

**ANEXO III
(MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº.....

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONDERG e Samu COMO ADJUDICADOR E A EMPRESA VENCEDORA, CONSTANTE DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA DESTE PREGÃO E IDENTIFICADA NA CLÁUSULA IV ABAIXO, COMO ADJUDICATÁRIA.

I – DO OBJETO:

Constitui (em)-se objeto (s) da presente Ata de Registro de Preços, o fornecimento de **GENEROS ALIMENTICIOS** correspondente (s) ao(s) item(ns) (nº), constantes do Anexo I, da Licitação Pregão Eletrônico nº /....., vencido (s) pela Adjudicatária e relacionado (s) na Ata de Sessão Pública, que é parte integrante do presente termo.

II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12(doze) meses a partir da data da publicação da homologação da licitação pela autoridade competente.

III - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

As entregas ocorrerão no prazo máximo de 10 (DEZ) dias corridos e no horário compreendido das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, em dia de expediente do CONTRATANTE, ou outro acertado com a Administração, no endereço: Avenida Leonor Mendes de Barros, nº 626, Centro, Divinolândia/SP, CEP: 13.780-000 ou Samu Avenida João Osorio,258, São João da Boa Vista CEP:13870-251 (conforme autorização de fornecimento), nas quantidades solicitadas, de acordo com o Anexo I do Edital, durante a vigência deste Registro de Preços.

IV – DAS PENALIDADES

1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as seguintes multas:
 - a) pela recusa em assinar a presente ata de registro de preços, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado dos itens adjudicados;
 - b) pela recusa em retirar autorização de fornecimento ou assinar contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento;
 - c) pelo retardamento na entrega dos GENEROS ALIMENTICIOS, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor do pedido em atraso. A partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;



- d) pela inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao contrato ou à autorização de fornecimento decorrente da ata de registro de preços;
- e) pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais não-entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
- f) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor adjudicado;
- g) pelo cancelamento da ata de registro de preços por culpa da ADJUDICATÁRIA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado.

3. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

4. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério do CONDERG, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido à ADJUDICATÁRIA.

5. O não-pagamento de multas no prazo previsto sujeitará a CONTRATADA ao processo judicial de execução.

6. Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do CONDERG, garantida a ampla defesa e as penalidades serão aplicadas pelo Coordenador.

V - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

1. O preço registrado poderá ser cancelado ou suspenso nos seguintes casos:

1.1. Pelo **ADJUDICADOR**, quando:

- a) Houver descumprimento total ou parcial, pela Adjudicatária, das condições previstas no Edital da presente licitação e referenciadas nesta Ata;
- b) A Adjudicatária não assinar a presente Ata de Registro de Preços ou não retirar a Nota de Empenho e/ou Autorização de Fornecimento, no prazo estabelecido no Edital, sem justificativa aceitável;
- c) A Adjudicatária não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público;
- e) Quando da liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou falência da Adjudicatária;
- f) Das demais hipóteses previstas no Artigo 78, da Lei 8666/93, bem como no Edital desta licitação.

1.2. Pela **ADJUDICATÁRIA**, quando:

- a) Do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, sendo esta solicitação, tanto para cancelamento ou suspensão do preço registrado, formulada com antecedência de 30 dias, caso em que fica facultada ao ADJUDICADOR a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido;
- b) O cancelamento e a suspensão de registro, nas hipóteses previstas, assegurado à Adjudicatária o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente;
- c) A comunicação do cancelamento ou suspensão de preço registrado será efetuada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao Registro de preços;
- d) O prazo para a suspensão temporária deverá ser estabelecido em cada caso, sendo que, enquanto perdurar a suspensão, poderá ser utilizado novas licitações para aquisição do respectivo objeto registrado.



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O vencimento do prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da Adjudicatária de cumprir os compromissos assumidos e constantes da Autorização de Fornecimento emitidas dentro da vigência;
 - 1.1. A adjudicadora não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei 8666/93 e suas alterações posteriores;
2. Demais condições são as estabelecidas no Edital da presente licitação.
3. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta da seguinte dotação Orçamentária conferida ao Conderg Hospital Regional de Divinolândia I, observada a classificação para o exercício financeiro/2020.
4. Ao assinar o presente documento, a ADJUDICATÁRIA fica ciente que deverão ser obedecidas as demais condições estabelecidas no respectivo Edital e proposta.

E, por estarem justas e contratadas, firmam a presente Ata de Registro de Preços, perante as testemunhas abaixo indicadas, para todos os fins e efeitos de direito.

Divinolândia...../...../.....

ADJUDICADOR

Testemunha – nome legível



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(A ser formalizado junto com a ata de registro de preços)

CONTRATANTE: _____

DETENTORA: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE
ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

LOCAL DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE: _____

Cargo: _____ CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

Pela DETENTORA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado: (*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da
Região de Governo de São João da Boa Vista

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

(A ser formalizado junto com o instrumento contratual)

(A ser Preenchido pelo Conderg)

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Divinolândia, ____ de _____ de 2020.

Nome do servidor

Cargo

E-mail